

ANEXO 1 - TERMO DE REFERENCIA

PARTICIPAÇÃO DA DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO NO 7º SEMINARIO NACIONAL DE OBRAS PÚBLICAS E MANUTENÇÃO PREDIAL

1. Objeto

Contratação de 03 (três) vagas para participação no “7º Seminário Nacional de Obras Públicas e Manutenção Predial”, que ocorrerá nos dias 12/05/2025 à 14/05/2025, na cidade de Foz do Iguaçu, organizado pelo Instituto Negócios Públicos.

2. Objetivo

Capacitar os colaboradores da Diretoria de Engenharia e Manutenção da Portos do Paraná nas melhores práticas nacionais de gestão, fiscalização e execução de obras públicas e manutenção predial. A participação no 7º Seminário Nacional de Obras Públicas e Manutenção Predial proporcionará atualização sobre normativas, inovações tecnológicas e soluções sustentáveis, além de promover a troca de experiências com especialistas e agentes públicos de diversas regiões do país.

O evento contribuirá diretamente para o aprimoramento das competências técnicas e gerenciais da equipe, refletindo na melhoria contínua dos processos internos da Diretoria. Esse conhecimento será aplicado nas futuras contratações e execuções de obras públicas, garantindo maior eficiência, transparência e conformidade com as diretrizes legais.

3. Número de vagas

Para a participação da capacitação foi solicitada 3 (três) vagas para inscrição no congresso.

4. Justificativa

4.1 Aprimoramento Técnico e Gerencial

A participação da equipe da Diretoria de Engenharia e Manutenção no 7º Seminário Nacional de Obras Públicas e Manutenção Predial é fundamental para o desenvolvimento técnico e estratégico dos colaboradores da Portos do Paraná. O evento reunirá especialistas renomados, proporcionando um ambiente propício para a discussão de temas cruciais, como:

- Novas legislações aplicáveis às contratações públicas;
- Gestão e fiscalização de contratos de engenharia;
- Orçamentação de obras e análise de riscos.

4.2 Aplicabilidade Prática

A imersão em oficinas práticas e palestras especializadas permitirá que os participantes adquiram conhecimentos aplicáveis à rotina da Diretoria, especialmente na:

- Elaboração de projetos e termos de referência;
- Gestão de contratos e fiscalização de obras;
- Implementação de soluções sustentáveis e inovadoras.

4.3 Eficiência e Transparência

Este aprendizado contribuirá diretamente para a eficácia na execução das obras portuárias, além de otimizar recursos e mitigar riscos operacionais. Ademais, alinha-se ao compromisso da Portos do Paraná com a transparência e a eficiência na gestão pública, conforme disposto no art. 27 da Lei nº 13.303/2016 Também busca-se alcançar a possibilidade de cumprimento, por esta Administração, da função social da Empresa Pública, qual seja, a realização do interesse coletivo, nos termos do art. 27 da Lei nº 13.303/2016.

4.4 Contribuição para a Função Social da Empresa

O conhecimento adquirido permitirá o aprimoramento das práticas internas e o cumprimento da função social da empresa pública, promovendo contratações e execuções de obras com maior qualidade e segurança jurídica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da infraestrutura portuária.

5. Descrição do objeto

5.1 Nome: 7º Seminário Nacional de Obras Públicas e Manutenção

5.2 Data: 12 a 14 de maio de 2025

5.3 Local: Foz do Iguaçu – Paraná, Brasil

5.4 Organização: Instituto Negócios Públicos

5.5 Descrição do evento:

O 7º Seminário Nacional de Obras Públicas e Manutenção é um dos mais relevantes eventos voltados para a capacitação de agentes públicos que atuam na fiscalização, planejamento e execução de obras e serviços de engenharia. Realizado em Foz do Iguaçu, o evento contará com um programa técnico abrangente, abordando temas essenciais como gestão e fiscalização de contratos, orçamentação de obras públicas, garantias contratuais, metodologias de cálculo de BDI e análise de riscos nas contratações.

O seminário contará com palestras, talk shows e oficinas presenciais, ministradas por especialistas renomados do setor público e do Tribunal de Contas da União (TCU), proporcionando um ambiente imersivo de aprendizado e troca de experiências. Além disso, o evento oferecerá oportunidades para networking entre gestores, engenheiros e fiscais de obras, promovendo a atualização profissional e o alinhamento com as melhores práticas do setor.

6. Obrigações Da Contratada

6.1 Executar o evento/curso de acordo com as condições estipuladas neste Termo de

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

Termo de Referência

Referência, em comum acordo entre as partes e de acordo com o conteúdo constante em folder promocional e proposta comercial;

- 6.2** Fornecer os certificados para todos os participantes;
- 6.3** Prover os serviços ora contratados com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, bem como, o cumprimento de todo conteúdo programático;
- 6.4** Não transferir para outrem, no todo ou em parte, suas atribuições;
- 6.5** Guardar sigilo em relação às informações adquiridas em decorrência das atividades.

7. Obrigações Da Contratante

- 7.1** Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA na forma, valores e prazos ora ajustados;
- 7.2** Fornecer à CONTRATADA as informações e os elementos solicitados e que sejam necessários à consecução dos serviços ora contratados, responsabilizando-se pela sua tempestividade, autenticidade e correção;
- 7.3** Expedir e entregar à CONTRATADA, sempre que requerido e no prazo máximo de 5 (cinco) dias do Recebimento Definitivo do objeto, Atestado de Capacidade Técnica que declare a prestação a contento dos serviços, suas características, prazo e outros elementos solicitados;
- 7.4** É de responsabilidade dos empregados participantes, após a homologação da Dispensa de Licitação, a inscrição no curso/evento, a solicitação de passagens e diárias, caso necessário, bem como, após a emissão, o envio do Certificado para a CDESP.

8. Preço

Investimento: R\$ 14.300 por 3 colaboradores nos dias de evento.

9. Parcelamento do Objeto

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO**

Termo de Referência

Não cabe o fracionamento em lotes do objeto deste Termo de Referência, não é possível em razão das peculiaridades do objeto.

10. Sustentabilidade

Não se aplica devido as características do objeto de participação em congresso.

11. Contratação de microempresas e empresas de pequeno porte

Trata-se de participação no evento “7º Seminário Nacional de Obras Públicas e Manutenção”, organizado pelo Instituto Negócios Públicos, fornecedor único deste seminário, não sendo identificados três fornecedores capazes de oferecer este serviço na região.

12. Classificação dos bens e serviços

Devido ao objeto ser participação em Congresso realizada por organizadora única, este não foi classificado como serviço comum.

13. Forma de Pagamento

13.1 O pagamento pelo efetivo cumprimento das obrigações deverá ser efetuado mediante apresentação de conta bancária para transferência dos valores exigidos pela contratada, conforme regulamento e normas da Portos do Paraná, e legislação pertinente.

13.2**14. Requisitos de habilitação:**

14.1 Para a habilitação nas licitações, de que trata este Termo de Referência está de acordo com as regras constantes no Lei nº 13.303/2016.

15. Justificativa da escolha do fornecedor

15.1 O Regulamento de Licitações e Contratos da APPA, quanto à inexigibilidade de licitação, traz o seguinte:

“Art. 77 A contratação direta, por inexigibilidade, será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial nas hipóteses de:

(...)

II – Contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoa.

§1º Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo o conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato”.

O Instituto Negócios Públicos é uma referência nacional na capacitação de agentes públicos em obras e manutenção, promovendo eventos de alto nível técnico. A instituição possui ampla representatividade no setor, reunindo especialistas renomados e profissionais qualificados para debater as melhores práticas e inovações em contratações e gestão de obras públicas

Por isso entende-se que o meio adequado de contratação do evento aqui tratado é a inexigibilidade de licitação, especificamente com base no art. 77 do RILC da APPA.

16. Subcontratação

O objeto deste Termo de Referência não admite a subcontratação parcial do objeto em função de suas peculiaridades.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

Termo de Referência

17. Alteração subjetiva

- 17.1** Será admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da Contratada com outra pessoa jurídica, desde que:
- 17.2** Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação;
- 17.3** Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- 17.4** Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado;
- 17.5** Haja anuência expressa da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina a sua continuidade.
- 17.6** A alteração subjetiva a que se refere este item deverá ser feita por termo aditivo ao contrato.

18. Controle de execução

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA irá designar grupo de fiscais, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização do Contrato, nos aspectos legais e técnicos, objetivando o não prejuízo à APPA e seus colaboradores, em todos os aspectos pertinentes ao objeto deste Termo de Referência.

19. Sanções administrativas

O licitante e a Contratada que incorram em infrações sujeitam-se às sanções previstas na Lei Estadual nº. 13.303/16 e Regulamento de Licitações e Contratos da Portos do Paraná.

20. Matriz de Risco

Conforme se vê no item 3.7 do RLC da Portos do Paraná a Matriz de Risco poderá ser dispensada nos casos de contratação de baixa complexidade, cujos riscos sejam irrelevantes ou inexistentes, desde que mediante parecer da área técnica responsável,

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

Termo de Referência

assim sendo a área técnica entende que em sendo objeto de baixa complexidade optamos pela dispensa de elaboração de Matriz de Risco.

ANEXO 2 – Programação do Congresso

ANEXO 3 – Proposta – Negócios Públicos

Eng. João Luiz Jardim Vila Verde

Gerente de Engenharia Marítima

(Assinado eletronicamente)



ePROTOCOLO

COMUNICAÇÃO INTERNA 2282/2025.

Documento: **1.ANEXO1_TR_7_NegociosPublicos.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **João Luiz Jardim Vila Verde (XXX.785.034-XX)** em 01/04/2025 14:33.

Inserido ao documento **1.370.652** por: **João Luiz Jardim Vila Verde** em: 01/04/2025 14:33.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:

3a7b648aba4a51aff209987150fc8f10.